

## **INSTRUÇÃO PARTICULAR E OS INTERNATOS NA CORTE IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO (1845 A 1889)**

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO\*

Este trabalho é uma escrita histórica a respeito das possibilidades de instrução particular, por meio de internato, oferecida por colégios estabelecidos na Corte Imperial do Rio de Janeiro no período de 1845 a 1889. Como fonte principal foram catalogados e examinados anúncios e outras informações sobre colégios-internatos no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, conhecido como Almanak Laemmert, e relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte.

O Almanaque Laemmert foi fundado em 1844, no Rio de Janeiro por Eduardo Laemmert e seu irmão Heinrich Laemmert. Juntos, os irmãos criaram a firma E. & H. Laemmert, que administrava a Livraria Universal e a Tipografia Laemmert. O Almanaque, de publicação anual, circulou até o ano de 1889 e tinha agenciadores que distribuía a obra nas províncias e no exterior. No Almanak eram publicados diversos anúncios de estabelecimentos particulares de ensino estabelecidos na Corte Imperial do Rio de Janeiro contendo informações a respeito dos “Colégios de Meninos” e “Colégios de Meninas” e as condições de ingresso no internato. Nos anúncios apareciam com destaque o endereço do estabelecimento, as condições de salubridade do local, o espaço físico, os serviços ofertados, o ensino e a relação de professores. Sobre as condições para o ingresso no internato os anúncios traziam especificações a respeito do enxoval, da idade e grau de instrução e os valores e condições de pagamento da pensão e de outros serviços oferecidos pelo internato do estabelecimento (CONCEIÇÃO, 2012).

Quanto ao número dos colégios particulares existentes na Corte Imperial, em 1850, o Dr. Justiniano José da Rocha (1812-1862), incumbido de fazer uma inspeção nas escolas do Município da Corte, registrou em seu relatório que na cidade do Rio de Janeiro existia uma infinidade de colégios de cuja existência não era possível determinar com exatidão. Ele afirmava que “[...] multiplicam-se tais estabelecimentos por quase todas as ruas; Casas dessa ordem são tantas que, se quisesse visitá-las, nunca poderia dar conta da minha comissão [...]” (ROCHA, 1851:1). Já em 1855 as informações apresentadas à Assembleia Geral Legislativa,

---

\* Universidade Federal de Sergipe, Doutor em História Social (UFBA)

pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira de Couto Ferraz, davam conta de 97 estabelecimentos, com um total de 4.490 alunos matriculados, sendo 51 estabelecimentos para o sexo masculino, com 2.864 alunos, e 46 para o feminino, com 1.626 alunas matriculadas (FERRAZ, 1855). E, no ano de 1874, a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentava uma relação com 114 estabelecimentos, sendo 49 dedicados ao ensino primário, 64 para ambos os níveis de ensino e quatro colégios que somente ministravam aulas do ensino secundário. Estes colégios foram frequentados por 9.596 alunos, sendo que na instrução primária estavam 3.749 alunos do sexo masculino e 2.361 alunos do sexo feminino; na instrução secundária, do sexo masculino foram 2.722 alunos, e do sexo feminino, 794 alunas (MELLO, 1875).

Esses colégios particulares eram, na maioria, pequenos internatos, uma empresa familiar e de confissão católica. De fato, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, determinava que os diretores que não professassem a religião católica eram obrigados a ter nos colégios um sacerdote para os alunos dessa religião (BRASIL, 1854). Nesses colégios, os trabalhos de manutenção do internato e as tarefas de ensino eram desenvolvidos pelos membros da família, sem a contratação de empregados ou professores. De maneira geral, estavam localizados na residência do proprietário, com um pequeno número de alunos internos, geralmente não excedendo 30 internos que viviam em comum com a família do diretor, sendo seus comensais. Também existiam grandes internatos que chegavam a congregar, em meados do século XIX, até 200 alunos (ROCHA, 1855:8). Entretanto, em torno da década de 1870, o número de alunos internos parece ter tido um expressivo aumento. Assim, o Colégio Episcopal S. Pedro de Alcântara, dirigido pelo cônego José Mendes de Paiva e seus irmãos, anunciava que tinha capacidade para receber até duzentos e cinquenta alunos (internos, semi-internos e externos); o Colégio Imaculada Conceição, fundado em 1854 pela Associação de S. Vicente de Paulo, dirigido pela irmã Saugére e 32 irmãs de caridade na condição de professoras, tinha, no ano de 1871, 230 alunas pensionistas – sendo 2 menores de 7; 188 menores de 14; 40 menores de 21, todas católicas, e, 20 estrangeiras –, além de quase 80 alunas pobres internas que recebiam gratuitamente a educação e instrução (FIGUEIREDO, 1872). Igualmente o Colégio Vitória, do conselheiro Dr. Adolpho Manoel Vitória da Costa, era um grande internato com até 100 alunos internos nas primeiras décadas de 1870 (LAEMMERT, 1872:420).

Nos grandes internatos, além da contratação de professores e de um médico, existiam os empregados que cuidavam da sua administração. O ecônomo cuidava do funcionamento do

internato, especialmente do refeitório, e comandava funcionários subalternos; a contabilidade do estabelecimento ficava a cargo do escriturário; o serviço doméstico geralmente ficava a cargo dos criados (cozinheiros, copeiros, serventes, lavadeiras) ou de escravos. Nos programas e/ou estatutos de alguns colégios consignava-se a informação de que os pensionistas não teriam contato com os serviços do internato e que estes residiam em casa separada (HARING, 1864). Esta era uma medida comumente presente na literatura pedagógica moderna, preocupada com possíveis influências nocivas e com a modéstia das crianças e adolescentes (ARIÈS, 2006).

De acordo com o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte de 1854, para abrir um colégio de instrução primária e secundária no Município da Corte, o interessado deveria solicitar a prévia autorização do inspetor geral, provando ser maior de vinte e um anos, ter moralidade, capacidade profissional aferida em exame perante a Inspeção Geral e declarar a profissão que tinha exercido ou qual o seu meio de vida nos últimos cinco anos. As provas de capacidade poderiam ser dispensadas pelo governo aos que tivessem sido aprovados nos estudos superiores pelas Academias do Império, aos que fossem ou tivessem sido professores públicos, aos bacharéis em letras pelo Colégio de Pedro II e aos que exibissem diplomas de Academias estrangeiras e aos nacionais e estrangeiros reconhecidamente habilitados, a quem o governo concedesse dispensa. O diretor também deveria apresentar o programa dos estudos e o projeto de regulamento interno de seu estabelecimento, a localidade, cômodos e situação da casa onde deveria funcionar o colégio, os nomes e as habilitações legais dos professores (BRASIL, 1854).

Os diretores-proprietários dos colégios masculinos eram, em sua grande maioria, bacharéis em direito (LAEMMERT, 1874:589), bacharéis em letras pelo Colégio de Pedro II, médicos, professores (CARDOSO, 1876:625) e padres. Segundo observou o norte-americano James Cooley Fletcher, quando esteve no Brasil entre os anos de 1851 e 1865, os diretores dos colégios, “[...] quando dotados de boas capacidades administrativas, ganham muito dinheiro. Um deles, com que fiz relações, após alguns anos de ensino, depositou nos bancos vinte contos de réis” (FLETCHER, 1941:197). Já os professores dos colégios eram bacharéis, médicos, padres, militares e religiosos. Em quase todos os colégios o diretor acumulava as funções administrativas com a docência. Em muitos estabelecimentos, vários membros da família atuavam como professores ou ajudavam nas atividades de manutenção do internato. Os professores que ministravam aulas do ensino secundário exerciam também o magistério público e em colégios particulares diferentes.

Os colégios femininos somente poderiam ser regidos por senhoras ou religiosas que provassem estar nas condições exigidas para professoras públicas, ou seja, deveriam exibir, se fossem casadas, a certidão de casamento; se viúvas, a de óbito de seus maridos; e se separadas destes, a certidão da sentença que julgou a separação, para ser avaliado o motivo que originou a dissolução do casamento. As mulheres solteiras só poderiam exercer o magistério tendo 25 anos completos de idade, salvo se ensinassem na casa de seus pais e estes fossem de reconhecida moralidade. A capacidade profissional das professoras deveria ser avaliada em exame oral e escrito, versando sobre as matérias e métodos de ensino, e, uma professora pública ou uma senhora deveria ser nomeada pelo governo para avaliar as candidatas acerca da capacidade para o ensino dos diversos trabalhos de agulha (BRASIL, 1854).

Os estabelecimentos particulares, legalmente autorizados a funcionar, também eram obrigados a remeter aos respectivos delegados distritais relatórios trimestrais de seus trabalhos, declarando o número de alunos, a disciplina e compêndios adotados; a franquear as aulas, dormitórios e mais dependências dos estabelecimentos à inspeção, entre outras obrigações (BRASIL, 1854). Entretanto, em 1872 o delegado da instrução da Freguesia de Santana, José Vicente Jorge, relatava ao inspetor geral que os diretores dos colégios particulares localizados nessa freguesia furtavam-se por diversos modos à sua inspeção, pouco se importavam com o delegado, muitos não faziam as comunicações a que estavam obrigados e outros se estabeleciam sem comprovar o título de habilitação para tal (FIGUEIREDO, 1872:33). Isto era confirmado pelo inspetor geral da Instrução, José Bento da Cunha Figueiredo, ao afirmar que a inspeção dos estabelecimentos particulares de ensino da Corte era “senão de todo nula”, ao menos excessivamente fraca e “[...] parece que a ideia do ensino livre está tão inoculada no espírito dos diretores e professores de colégios particulares, que nem todos se prestam de boa vontade às exigências do regulamento [...]” (FIGUEIREDO, 1872).

Muitos estrangeiros (franceses, portugueses, americanos) atuavam nos colégios-internatos na condição de diretores-proprietários e professores, a exemplo do “Colégio de Meninas”, dirigido pelas francesas Madame Taniere e Mrs. Tootal; a primeira informava aos interessados ter chegado ao Brasil “[...] já provida de todos os seus diplomas da França, pois tinha dirigido um colégio seu em Paris por nove anos” (HARING, 1868:443). Igualmente francês era o Mr. De Roosmalen, diretor do Liceu Roosmalen, autor de *l’Orateur* e de outras obras. Ainda, informava aos leitores que era membro das Academias Imperiais de França, leitor da Universidade, ex-professor da Escola Normal Eclesiástica de Paris. Foi “[...] enviado, assim

como seu filho, em missões ao Brasil pelo governo francês, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, e a instâncias de alguns brasileiros influentes, dedicou-se à educação da mocidade do Brasil” (LAEMMERT, 1856:405). E, no Colégio Brasileiro conviviam com as meninas no internato professoras francesas, inglesas, alemãs e italianas, com o fim de tornar familiar às alunas a prática das línguas estrangeiras e inculcar regras de civilidade, como portar-se à mesa, conversar, receber visitas, entre outras regras de civilidade (CARDOSO, 1876:632). As regras de civilidade muitas vezes ensinadas com o uso de pequenos manuais que continham, entre outros, ensinamentos sobre: Deveres gerais para com Deus, a família e a sociedade; deveres pessoais (despertar, vestir, procedimento na mesa, visitas, conversação, comportamento na rua (NEVES, 1875).

De fato, no ano de 1850, o Dr. Justiniano José da Rocha alertava o Governo Imperial sobre a grande quantidade de estrangeiros, principalmente portugueses e franceses, ocupando a condição de diretores e professores de colégios particulares estabelecidos na Corte Imperial. Segundo ele, essa realidade podia resultar em prejuízo para a formação cívica da mocidade que frequentava esses colégios, pois um dos principais objetivos da educação da mocidade era o de “[...] infundir o culto da pátria, o conhecimento das suas glórias, o amor às suas tradições [...] comunica-se, porém nas mil ocasiões que oportunas, se apresentam no correr da vida e das lições colegiais... mas para comunicá-lo, é necessário tê-lo” (ROCHA, 1851). A fim de amenizar a presença de estrangeiros nos colégios particulares, o Regulamento da Instrução do Município da Corte de 1854 determinava que os diretores dos colégios, quando estrangeiros, fossem obrigados a ter pelo menos metade de professores brasileiros (BRASIL, 1854). Apesar disso e das vozes contrárias, a presença muitas vezes dominante de estrangeiros como diretores e professores de colégios particulares foi uma característica que permaneceu durante boa parte da segunda metade do século XIX. Em 1870, o delegado da Instrução Pública da Freguesia da Candelária relatava que nessa freguesia existiam nos colégios particulares professores que nem mesmo sabiam falar o português (FIGUEIREDO, 1872).

Com o intuito de aumentar o número de matrículas em seus estabelecimentos, os diretores dos colégios costumavam fazer aos interessados indicações ou recomendações de pessoas que podiam abonar a conduta moral de que se diziam ser possuidores ou a capacidade de seus estabelecimentos. Nesse sentido, a diretora do Colégio Emulação da Juventude, Maria Fortunata de Almeida Bastos, indicava como suas referências, entre outras, a Marquesa de Olinda, os comendadores José Maria do Amaral, João José de Souza Rio e o proprietário do

estabelecimento, Teixeira Leite & Bastos (HARING, 1866:427). Da mesma forma, o cônego Francisco Pereira de Souza, diretor do Colégio de Santo Antonio, ressaltava a “boa educação” de seu estabelecimento, dando prova aos interessados, através de atestados emitidos por autoridades da instrução pública da Corte, de que o diretor fazia publicar juntamente com o anúncio do colégio (HARING, 1867:411).

Igualmente para destacar o prestígio de seus estabelecimentos, alguns proprietários de colégios costumavam ostentar os títulos nobiliárquicos e as condecorações de que eram portadores. O Colégio da Adolescência (LAEMMERT, 1875:590) anunciava que o estabelecimento tinha como diretor de estudos o Barão de Tautphoeus<sup>1</sup>, e um internato feminino apresentava o nome da baronesa de Geslin como sua diretora-proprietária. Por sua vez, o Dr. Abílio Cesar Borges reforçava o seu prestígio ostentando suas condecorações de Cavaleiro (3) da Ordem de N. S. Jesus Cristo e Comendador (4) da Ordem da Rosa (CARDOSO, 1876:628). Outra estratégia utilizada pelos diretores dos colégios era a divulgação da presença de ilustres figuras da época fazendo parte do corpo docente e/ou de comissões literárias ou científicas de seus estabelecimentos e terem tido como alunos filhos de famílias ilustres. No Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara existia uma comissão honorária de inspeção científica presidida por D. José Afonso de Moraes Torres, bispo resignatário do Pará, e composta pelos seguintes membros: Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes), Luís Alves de Lima e Silva (Marquês de Caxias), Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai), Cândido José de Araújo Viana (Visconde de Sapucaí), o Conselheiro Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso; e o Conselheiro José Pedro de Carvalho (HARING, 1864:444). De outro modo, o Dr. Francisco Moreira da Rocha, proprietário de um internato, anunciava aos interessados o seu capital social, por ter tido como alunos internos do seu colégio filhos de ricos senhores da Corte, como José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), Manuel Gomes de Carvalho (Barão do Rio Negro), Domingos Alves da Silva Porto (gerente do Banco do Brasil), Domingos de Andrade Figueira, Comendadores Joaquim Vidal Leite Ribeiro (Barão de Itamarandiba), João Diogo Wartley e João Evangelista Teixeira Leite (CARDOSO, 1877:634). Deste modo, além de marcar o capital social (BOURDIEU, 1998) dos diretores desses colégios, essas referências são indicativas das classes sociais atendidas por esses estabelecimentos. Nesses internatos adentravam os filhos e filhas de grandes proprietários

---

<sup>1</sup> Joaquim Nabuco resalta a influência do barão de Tautphoeus na sua formação. NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira; 2). Brasília: Senado Federal, 1998.

rurais, comerciantes e industriários, funcionários públicos graduados, profissionais liberais de destaque da Corte do Rio de Janeiro e/ou de outras províncias do Império. Desse modo, a educação dispensada nos internatos constituía-se em privilégio de classes ou de posições sociais (BOURDIEU, 1996) de famílias abastadas, segmentos que podiam fazer face aos dispêndios do internato.

Os estudantes pensionistas matriculados nos colégios-internatos eram procedentes da cidade do Rio do Janeiro, do interior da Província do Rio de Janeiro e de outras províncias do Império. Da Província de Sergipe saíram muitos moços ou até crianças para estudarem, principalmente, os preparatórios para as faculdades, como pensionistas nesses colégios. Podem ser citados, entre outros, Sílvio Romero<sup>2</sup>, que foi interno no Colégio Ateneu Fluminense; Francisco Soares de Brito Travassos<sup>3</sup>, interno no Colégio Menezes Vieira; Alcibíades Fontes Leite<sup>4</sup>, egresso de diversos internatos da Corte e Martinho Cezar da Silveira Garcez<sup>5</sup>, interno nos colégios Santo Antonio e Vitória. O Colégio Abílio da Corte foi um internato que se destacou pelo recebimento de um grande número de alunos de diversas províncias do Império. O sucesso do estabelecimento fez, inclusive, com que o seu proprietário, o Dr. Abílio César Borges (Barão de Macaúbas), abrisse uma filial do colégio na cidade de Barbacena, Província de Minas Gerais (SAUER, 1886:528).

O pensador Alberto Torres (1865-1917), em sua obra *O problema nacional brasileiro*, editada originalmente em 1914, comenta sobre a atração que a Corte Imperial exercia sobre as províncias do Império: “Em nosso país, onde tudo, apesar do nosso extenso território, se diria regulado para submeter as populações à ditadura mental da Corte [...] O primeiro cuidado dos pais, a quem sorria a fortuna, era mandar os filhos para os internatos da cidade [...]” (TORRES, 1938:75). A figura do “correspondente” era uma solução encontrada pelos proprietários dos estabelecimentos para os acertos com as famílias dos alunos internos procedentes do interior da

---

<sup>2</sup> Bacharel, escritor, professor. Filho de André Ramos Romero e Maria Vasconcellos da Silva Ramos Romero, nasceu na Vila de Lagarto, em 21 de abril de 1851. Foi promotor público, juiz, professor do Colégio Pedro II, deputado por Sergipe, autor de diversas obras. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925. / A respeito da formação intelectual de Sílvio Romero consultar SOUZA, Cristiane Vitório de. *As Leituras Pedagógicas de Sílvio Romero*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.

<sup>3</sup> Cirurgião-dentista, farmacêutico e bacharel. Filho do Dr. João Ferreira de Brito Travassos e Rosa de Viterbo de Brito Travassos. Nasceu no engenho do Rio Vermelho, comarca de Japarutuba, em 11 de setembro de 1873.

<sup>4</sup> Cirurgião-dentista, natural de Engenho Novo, termo de Santa Luzia, em 22 de outubro de 1876, filho de Alcibíades Martins Fontes e Amelia Fontes Leite. GUARANÁ, op., cit.

<sup>5</sup> Bacharel, filho do desembargador Manoel de Freitas Cesar Garcez e Clara Julia da Silveira Garcez, nasceu no engenho Comendaroba, município de Laranjeiras. Promotor público em Laranjeiras, juiz de órfãos, deputado provincial por Sergipe (1874-75), presidente do Estado no triênio de 1896-1899 e senador federal de 1900 a 1908. Ibid.

Província do Rio de Janeiro ou de outras províncias. Assim, o anúncio do Colégio Brasileiro informava que: “Todas as alunas deverão ter, na corte, um correspondente responsável pelo pronto pagamento das contas do colégio” (CARDOSO, 1876:632). As famílias ricas podiam preencher essa condição, pois mantinham relações comerciais e até familiares com a Corte Imperial ou com outras capitais para onde enviavam seus filhos aos internatos distantes do domicílio. Como destaca Gilberto Freyre (2005) “Comissários do açúcar e do café muitas vezes fizeram as vezes dos senhores de engenho ou dos barões do café perante os internatos das capitais (p. 506). Este fato era destacado, em 1859, pelo inspetor geral das Aulas da Província de Sergipe, Pedro Autran da Matta Albuquerque Junior. Ele dizia: “[...] os pais que estão no caso de pagar pensões têm relações comerciais na Bahia, ou em outras Províncias, e lhes é mais cômodo para esses lugares mandarem seus filhos [...]” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1859:14). Entretanto, com o intuito de facilitar a atração de alunos, alguns estabelecimentos flexibilizavam a garantia dessa terceira pessoa, anunciando que o colégio se encarregava dos pensionistas do interior cujos pais não tivessem correspondentes na corte (HARING, 1869:445).

Quanto à religião confessada, tomando como referência o ano de 1871, a maioria dos colegiais eram católicos, mas em alguns colégios existiam alunos acatólicos, provavelmente protestantes. Também existia uma parcela de alunos estrangeiros matriculados nos colégios do Rio de Janeiro, podendo ser citados, entre outros, o Colégio da baronesa de Geslin, em que existiam 40 estrangeiras, de 165 alunas matriculadas; no de Mme. Taniere eram 12, de 74 alunas; no Brasileiro eram 2, de 39 alunas; no Vitória eram 19, de 423 alunos (FIGUEIREDO, 1872). Os quadros em sequência apresentam uma relação de colégios-internatos masculinos e femininos recorrentemente anunciados na parte “Colégio de Meninos” do Almanak Laemmert no período de 1850 a 1888.

#### Colégios-Internatos Masculinos na Corte Imperial – Almanak Laemmert (1850-1888)

Nº	DENOMINAÇÃO	DIREÇÃO	ENDEREÇO
01	Ateneu Fluminense	Monsenhor Antonio Pedro dos Reis	Rua do Rio Comprido, 7
02	Boa União	João Feliciano da Silva Monteiro	Rua São Pedro, 308
03	Colégio Abílio	Dr. Abílio César Borges	Rua Ypiranga, 4
05	Colégio de Instrução Elementar	Manuel Ferreira das Neves	Rua da Imperatriz, 82
05	Colégio de S. Luiz	Padre Augusto Ferreira de Lacerda e Pedro Adolpho L'abbé	Rua do General Gurjão, 8 (Ponta do Caju)

06	Colégio de Santa Cruz	Augusto C. Gonçalves de Souza e João A. Ferreira Rangel	Rua do Lavradio, 17
07	Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara	Cônego José Mendes de Paiva e seus irmãos	Palácio do Rio Comprido
08	Colégio Magalhães	Dr. M. de Magalhães Couto	Rua da Ajuda, 77
09	Colégio Marinho	Dr. José Rufino S. de Almeida e Dr. Joaquim José de O. Mafra	Rua de Matacavalos, 86
10	Colégio Menezes Vieira	Dr. Menezes Vieira	Rua dos Inválidos, 76
11	Colégio Neves	Manuel Ferreira das Neves	Rua da Imperatriz, 82
12	Colégio Perseverança	Fabio Alexandrino de C. Reis	Rua do Riachuelo, 156
13	Colégio Pinheiro	José Rodrigues de A. Pinheiro	Praça Onze de Junho, 10 (Antigo Rocio Pequeno)
14	Colégio Queiroz	José Joaquim de Queiroz	Rua Guanabara, 16
15	Colégio de Santo Antonio	Cônego Francisco Pereira de Souza	Rua dos Inválidos, 4
16	Colégio S. Caetano	Padre Vicente Rodrigues da Costa Soares	Rua do Catete, 119
17	Colégio S. Francisco de Paula	Padres Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte e Francisco Ignácio de Christo	Praça da Constituição, 49
18	Colégio S. Manoel	Manoel Ferreira das Neves	Rua dos Voluntários da Pátria, 155
19	Colégio Santo Agostinho	Augusto Américo de Faria Rocha	Rua do Haddock Lobo 63, (Engenho Velho)
20	Colégio Vitório	Conselheiro Dr. Adolpho Manoel Vitório da Costa	Rua de Gonçalves Dias, 45 e 48
21	Liceu Roosmalem	Mr. Roosmalem	Rua do Resende, 26

Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, 1850 a 1888.

#### Colégios-Internatos Femininos na Corte Imperial – Almanaque Laemmert (1850-1888)

Nº	DENOMINAÇÃO	DIREÇÃO	ENDEREÇO
01	Colégio Augusto	Nísia Floresta Brasileira Augusta	Rua D. Manoel, 23
02	Colégio Brasileiro	D. Florinda de O. Fernandes	Rua Laranjeiras, 95
03	Colégio da Imaculada Conceição	Associação de S. Vicente de Paula	Praia do Botafogo, 36.
04	Colégio de Meninas Alemão, Inglês, Francês e Português	Mrs. Tootal	Rua das Laranjeiras, 18
05	Colégio de Meninas da Madame Grivet	Madame Grivet	Rua de São Clemente, 8
06	Colégio de Meninas do Largo do Machado	Srs. Taulois e Rivierre	Rua de Matacavalos
07	Colégio de Meninas Francês, Português	Sra. Baronesa de Geslin	Rua do Príncipe do Catete, 25
08	Colégio de Meninas Francês, Português, Inglês e Alemão	Mme. Tanière e Charnay	Rua do Catete, 175

09	Colégio de Meninas Inglês, Francês, Alemão e Português	Madame Taniere e Mrs. Tootal	Rua da Pedreira da Candelária, 20
10	Colégio de Meninas Português, Inglês e Francês	M. Carolina Hoffmann	Rua do Conde, 59
11	Colégio de Santa Cândida	D. Belmira Amélia da Silva	Rua Formosa, 66
12	Colégio de Santa Cecília	D. Teresa de Jesus Araújo Sampaio	Rua do Ouvidor, 31
13	Colégio do Botafogo	Madame Hitchings e Thomas Price Hitchings	Rua de Botafogo, 40
14	Colégio Emulação da Juventude	D. Maria Fortunata de Almeida Bastos	Rua d'Assembléia, 33
15	Colégio Franco-Brasileiro	D. Eugenia Estienne	Rua de S. Cristóvão, 121
16	Colégio Inglês, Francês e Português	Mrs. Elisa Van-Nyvel	Largo do Machado, 19
17	Colégio Madame Luiza Habout	Madame Luiza Habout	Rua do Hospício, 266
18	Colégio Suíço-Brasileiro	Sras. Lutz	Rua da Princesa Imperial, 3 (Catete)

Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, 1850 a 1888.

Os dois quadros anteriores representam uma amostra significativa dos colégios-internatos particulares que funcionaram na Corte Imperial, no período de 1850 a 1888. Como afirmava, em 1865, o inspetor geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, enquanto a instrução pública mal se desenvolvia, com escolas instaladas em casas acanhadas e com espaços estreitos, a instrução particular se estendia por onde queria (SILVA, 1865:19). Além do mais, as matrículas nos estabelecimentos particulares superavam em muito as matrículas nas escolas públicas, principalmente com relação ao ensino secundário. Também com relação à frequência nos estabelecimentos particulares e públicos da Corte Imperial, em 1870, existia uma superioridade da primeira em relação à segunda, em todas as modalidades de ensino. Igualmente, existia uma superioridade do número de matrículas nos estabelecimentos masculinos comparada ao dos femininos. Assim, os colégios particulares, a maior parte funcionando com internato, cresciam e se consolidavam na cidade do Rio de Janeiro em todo o século XIX. E, a despeito das severas críticas, sobretudo aquelas advindas do campo médico (CONCEIÇÃO, 2012), os diretores-proprietários desses estabelecimentos divulgavam às famílias, da Corte e das províncias, comodidades e condições apropriadas de organização e funcionamento dos seus estabelecimentos.

## REFERÊNCIAS E FONTES

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Pedro Autran da Matta. Relatório do Inspetor Geral das Aulas, 1859. (Anexo). In: BROTERO, João Dabney D'Avellar. *Relatório do presidente da Província de Sergipe em 7 de março de 1859*. Aracaju: Typographia Provincial de Sergipe, 1859, p. 14.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BRASIL. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto N° 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 1854.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33° ano, 1876.
- CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 34° ano, 1877.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Internar para educar. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2012.
- FERRAZ, Luiz Pedreira de Couto. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.
- FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.
- FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2005.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1866*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 23º ano, 1866.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 24º ano, 1867.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1868*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 445.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1856*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 13º ano, 1856.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1874.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 32º ano, 1875.

MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 18 de abril de 1874. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Relatório apresentado a Assembléia Geral pelo Ministro Secretário dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira; 2). Brasília: Senado Federal, 1998.

NEVES, Guilhermina de Azambuja. *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade*. Colecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1875.

ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p.1.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brasil para 1886*. Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 42º ano, 1886.

SOUZA, Cristiane Vitorio de. *As Leituras Pedagógicas de Sílvio Romero*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.

SILVA, Joaquim Caetano da. Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte para o ano de 1864, em 26 de abril de 1865. (Anexo). In: BARROSO, José Liberrato. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Typographia Nacional, 1865.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 75.